

HABEAS CORPUS Nº 548.463 - SP (2019/0356415-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **FERNANDO JOSE COSTA JANUNCIO**
ADVOGADO : **FERNANDO JOSÉ COSTA JANUNCIO - SP231033**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **PAULO HENRIQUE DA SILVA JUSTINO (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de PAULO HENRIQUE DA SILVA JUSTINO no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente foi preso pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, porque "conforme o boletim de ocorrência, o custodiado foi flagrado quando entregava a um adolescente cerca de 30 pinos de cocaína. A quantidade de entorpecentes e sua forma de acondicionamento denotam a traficância. Outrossim, o fato envolveu adolescente, a tornar mais reprovável a conduta, e consta do boletim de ocorrência que o averiguado é conhecido dos meios policiais, a indiciar que ele tem feito do crime meio de vida" (e-STJ fl. 22).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça, que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 30):

Habeas Corpus. Tráfico de drogas. Conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva - Possibilidade - Presença dos requisitos autorizadores para a decretação da segregação cautelar (fumus comissi delicti e periculum libertatis), de acordo com o artigo 312 do Código de Processo Penal. Constrangimento ilegal não verificado. Ordem denegada.

A presente impetração funda-se na falta de fundamentação idônea para a decretação da segregação cautelar.

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É, em síntese, o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator